

NOTÍCIA DE ALBERTO DA COSTA E SILVA NO PROJETO ROTA DO ESCRAVO

Milton Guran¹ 

Universidade Federal Fluminense

Alberto da Costa e Silva fez parte do Comitê Científico Internacional do Projeto “Rota do Escravo” da Unesco de 1996 a 2000. Foi indicado pelo governo brasileiro em março de 1996, juntamente com o historiador e escritor Joel Rufino dos Santos (1941-2015), então presidente da Fundação Cultural Palmares. A indicação foi divulgada pelo Itamaraty através do despacho telegráfico (*desptel*) 57, de 20 de março de 1996. Os *desptels* são despachos telegráficos enviados de Brasília para os postos diplomáticos no exterior, no caso, para a Delegação Permanente do Brasil junto à United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), órgão filiado à Organização das Nações Unidas (ONU). Por ocasião da reunião do Comitê Científico Internacional (CCI) do Projeto Rota do Escravo, realizada em Cabinda (Angola) de 6 a 9 novembro de 1996, os dois nomes compuseram a lista dos quinze membros do referido comitê, quase todos acadêmicos, de diferentes países.²

O Projeto “Rota do Escravo” fora criado em 1993 pela 27ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, a partir de uma proposta apresentada

1 Milton Guran é antropólogo e foi membro do Comitê Científico Internacional do Projeto Rota do Escravo (2011 a 2019). Coordenou o grupo de trabalho encarregado do dossiê de candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial. Desde 2006 é pesquisador associado ao Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI), do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense.

2 A nomeação consta da Ata da 3ª sessão do Comitê Científico Internacional (CCI). “The Slave Route Project. Third Session of the International Scientific Committee”, realizada em Cabinda, Angola, de 6 a 9 de novembro de 1996. A ata da reunião onde constam os nomes dos representantes nomeados está disponível online:  [Agradeço à inestimável contribuição da Prof.ª Yeda Pessoa de Castro e à do diplomata Sérgio Paulo Benevides, da delegação do Brasil junto à UNESCO em Paris, que colaboraram para a localização das informações aqui fornecidas.](#)

pelo Haiti por ocasião da 26ª Sessão, no ano anterior.³ No ato de criação do Projeto, a Conferência Geral enfatizou que “o tráfico de escravos constitui um fenômeno importante na memória coletiva da humanidade que, se enfrentado em todos os seus aspectos, é suscetível de reforçar a solidariedade entre os povos.”⁴ Na ocasião de sua criação, a Conferência Geral sugeriu que o projeto fosse lançado no ano seguinte no Benim, sob o tema “Do tráfico de escravos aos desafios do desenvolvimento: reflexão sobre as condições para a paz mundial.” A sugestão foi acatada e o lançamento do projeto se deu em setembro de 1994 na cidade de Uidá. Localizado no trecho da costa da África Ocidental então conhecida como Costa da Mina, ou mais estritamente, a Costa dos Escravos (*Slave Coast*), Uidá tinha sido o segundo maior porto do tráfico transatlântico, superado apenas por Luanda. O CCI foi criado com o intuito de ser uma instância de reflexão e de proposição de políticas, com a função de assessorar diretamente o diretor geral da Unesco. Nesse primeiro CCI, mais honorífico do que operacional, o Brasil foi representado por Eduardo Portela (ex-diretor geral adjunto da UNESCO) e por Abdias Nascimento. Nenhum dos dois compareceu à reunião de Uidá.⁵

Foi na terceira sessão do CCI, realizada em Paris, em 1996, que o Comitê efetivamente se constituiu, reunindo pesquisadores e gestores ligados à diáspora africana de diferentes regiões do mundo. A partir daí, a atuação de Costa e Silva e Joel Rufino se deu em duas frentes: no âmbito internacional, através da apresentação de comunicações acadêmicas e, no plano interno, organizando o Comitê Nacional Brasileiro (CNB) do Projeto Rota do Escravo. Os comitês nacionais estavam previstos na proposta do Projeto e tinham como objetivo implementar as ações deste nos diferentes países. Naquele mesmo ano, aconteceu o colóquio *Être Africain Aujourd’hui*, organizado por Doudou Diene, diretor do Projeto

3 Resolução 27/C/3.13 in *Records of the General Conference, 27th session, Paris, 25 October to 16 November 1993*. [↗](#)

4 Resolução, p. 53.

5 Ata da 1ª Sessão do Projeto Rota do Escravo, 6-8 set. 1994, acessível pelo link [↗](#)

Rota do Escravo.⁶ Na ocasião, Costa e Silva apresentou a comunicação “A África, o Brasil e o Atlântico no século XIX”, uma nova versão de artigo publicado em 1994.⁷

No ano seguinte, Costa e Silva participou do seminário *Identifying enslaved Africans: The Nigerian Hinterland and the African diaspora*, dirigido pelo historiador Paul E. Lovejoy (York University, Canadá), igualmente membro do CCI. Nesse seminário, Costa e Silva fez uma apresentação em parceria com o Professor Elisée Soumonni, historiador da Université d’Abomey-Calavi, no Benim; e também uma comunicação sobre Osuanlele Okizi Erupê, conhecido como Príncipe de Ajudá, que, tendo-se instalado em Porto Alegre, adotou o nome Custódio Joaquim de Almeida e teve forte influência na implantação dos cultos afro-brasileiros no Rio Grande do Sul.⁸

Apesar da importância das comunicações feitas por Costa e Silva e Joel Rufino em diferentes ocasiões, a realização de maior relevância de seus mandatos de quatro anos como membros do CCI foi a criação do CNB. Segundo informação do acervo pessoal da Prof.^a Yeda Pessoa de Castro:

Em 18 de agosto de 1998 foram empossados, em Brasília, os membros do Comitê Nacional Brasileiro do Projeto Rota do Escravo, que funcionará sob a presidência dos membros brasileiros do Comitê Científico Internacional. Na ocasião, sob o patrocínio da Fundação Cultural Palmares e da Unesco, esta representada pelo Dr. Doudou Diène, teve início o Seminário Internacional “Rota do Escravo: Tráfico de Escravos, Cultura e Desenvolvimento”.

6 Doudou Diène (1941-) é um jurista senegalês que teve importante participação nas Organizações das Nações Unidas (ONU) e na UNESCO.

7 Ministério das Relações Exteriores-MRE. Desptel 221, de 24 set. 1996, do MRE à Delegação Permanente do Brasil junto à Unesco. Para o texto publicado, ver Alberto da Costa e Silva, “O Brasil, a África e o Atlântico”, *Estudos Avançados*, v. 8, n. 21 (1994), pp. 21-42, [↗](#).

8 Ministério das Relações Exteriores. Desptel 228, de 28 ago. 1997. Do MRE à Delegação Permanente do Brasil junto à Unesco.

São membros efetivos do Comitê Nacional: Alberto da Costa e Silva, Clovis Moura, Dora Lúcia Bertúlio, Dulce Maria Pereira, Gilberto Gil, Joel Rufino dos Santos, Kabengele Munanga, Leda Maria Martins, Luiz Antônio de Souza, Luiz Fernando Linhares, Manolo Florentino, Maria da Glória Moura, Maria Helena Pereira Toledo Machado, Maria de Lourdes Siqueira, Mario Maestri, Maria Raimunda Araújo, Rafael Sanzio Araújo dos Anjos e Yeda Pessoa de Castro.⁹

O fato de o Projeto Rota do Escravo ter sido associado ao programa da UNESCO intitulado “Rotas do Diálogo”, ancorado nas principais rotas comerciais ao longo da história, em particular a Rota da Seda, causou, desde o começo, um certo desconforto, principalmente entre pesquisadores e ativistas, já que reforçava a associação das pessoas escravizadas ao comércio de mercadorias. Após quase trinta anos de embates, o projeto foi finalmente renomeado para “Rotas dos Povos Escravizados – Resistência, Liberdade, Patrimônio”.

Embora seu mandato de quatro anos no CCI tenha se expirado em 2000, Alberto da Costa e Silva manteve-se sempre atuante e influente no Projeto “Rota do Escravo” pelas suas várias relações pessoais e acadêmicas, e pelo reconhecimento intelectual que inspirou. Essa condição se mostrou particularmente importante por ocasião da “redescoberta” do Cais do Valongo, em 2011. O sítio onde ficava o antigo cais foi escavado por uma equipe de arqueólogos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, seguindo a Lei da Arqueologia, que estabelece os procedimentos para todas as escavações arqueológicas, em todo território nacional. Assim surgiu o Sítio Arqueológico Cais do Valongo, estudado sob a coordenação da Profa. Tania Andrade Lima.

O Valongo é hoje considerado o mais significativo monumento físico vinculado à matriz africana, por ter sido local de desembarque do maior número de africanos escravizados nas Américas. O cais imediatamente congregou em torno de si pesquisadores, acadêmicos, ativistas e

9 Documento # 1/98: Bases para a articulação do Projeto Rota do Escravo pelo Comitê Nacional Brasileiro, é datado de 19 de agosto de 1998, e escrito em papel timbrado da Fundação Cultural Palmares, sem assinatura.

gestores públicos, que propuseram que o sítio fosse declarado Patrimônio Mundial da UNESCO. Graças, sobretudo, ao empenho da Coordenadoria de Relações Internacionais da Prefeitura do Rio de Janeiro, na época coordenada pelo embaixador Laudemar Aguiar, e da delegação brasileira junto à Unesco, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro patrocinou a reunião estatutária do CCI de 2013, contribuindo decisivamente para a iniciativa do governo da presidenta Dilma Rousseff de apresentar a candidatura do Cais à UNESCO.

Alberto da Costa e Silva fez questão de acolher a sessão de abertura dos trabalhos do CCI na Academia Brasileira de Letras e, na ocasião, na sua fala de boas-vindas, pediu expressamente o engajamento do Estado brasileiro na postulação do título de Patrimônio Mundial para o Cais do Valongo. Suas palavras tiveram forte efeito entre os presentes e reverberaram na imprensa. Já o CCI, nas recomendações ao diretor geral da UNESCO, afirmou: “endossamos as ações da cidade do Rio de Janeiro que propõem o Cais do Valongo para ser inscrito no Patrimônio Nacional, bem como no Patrimônio Mundial da Unesco, sabendo que é um dos locais mais significativos relacionados à escravidão e seu legado nas Américas”.¹⁰

No ano seguinte, o CCI reiterou a recomendação favorável ao Valongo.¹¹ Na ocasião presidido por Jurema Machado, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tomou a iniciativa de propor a inscrição do Cais do Valongo na *Tentative List* da UNESCO, visando a candidatura a Patrimônio Mundial. Foi constituído um grupo de trabalho *ad hoc* encarregado da elaboração do dossiê de candidatura e um Conselho Consultivo, do qual Alberto da Costa e Silva foi o decano. O grupo de trabalho foi composto pelo arquiteto José Pessoa, pela arqueóloga Rosana Najjar e pela historiadora Monica Lima e Souza, sob

10 Ata da Reunião do Comitê Científico Internacional do Projeto Rota do Escravo – Resistência Liberdade Herança (sic) da Unesco, Rio de Janeiro, de 18 a 20 de novembro de 2013. Acervo pessoal do autor.

11 Ata da reunião do Comitê Científico Internacional, Cabo Verde, de 26 a 29 de novembro de 2015. ☒

minha coordenação, o antropólogo do grupo. Teve ainda uma assessoria técnica que reuniu especialistas e gestores públicos.¹² Na sessão de instalação do Conselho, em 30 de setembro de 2014, no Palácio Capanema, no Rio de Janeiro, as palavras de Costa e Silva pontuaram de tal forma a questão que figuraram na apresentação do documento oficial da candidatura apresentado ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO:

O Cais do Valongo merece ser considerado pela UNESCO patrimônio da humanidade porque é o sítio de memória da escravidão mais completo que se conhece. Ele tem importância não apenas para a história brasileira e, portanto, para a nossa vida como nação, mas também para a história do mundo. Dizia o escritor nigeriano Chinua Achebe que a história não é boa nem má; que a história é, e nós somos esta história, com seus momentos luminosos e demorados e terríveis pesadelos, como este que parecia interminável e que nos deixou como cicatrizes profundas monumentos como o Valongo, monumentos vivos, que não precisam de nenhum texto a elucidá-los, que são pelo que são, e nos comovem pelas pedras que pisamos e pelas pedras que olhamos, pedras que receberam, depois de uma medonha viagem, os pés de muitos de nossos antepassados, e que contam um pouco desse longo capítulo trágico e espantoso da história dos homens sobre a face da Terra.¹³

Finalmente, em 2017, o Sítio Arqueológico Cais do Valongo foi inscrito na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. No longo percurso desse que foi um dos mais significativos atos de reparação simbólica do governo republicano a favor da maioria de sua população, a presença e a atuação de Alberto da Costa e Silva tiveram um papel fundamental. O projeto Rotas dos Povos Escravizados, assim como todos nós, deve a ele mais essa realização.

doi: 10.9771/aa.v0i70.65877

12 Para a lista completa de assessores e membros do Conselho Consultivo, ver versão PDF da publicação da proposta em: [🔗](#) [Acesso em 15.09.2024].

13 Sítio arqueológico Cais do Valongo – Proposta de inscrição na lista do Patrimônio Mundial. [🔗](#)